

FICÇÃO E HISTÓRIA NA NARRATIVA CONTEMPORÂNEA*

Letícia Malard**

Os homens maduros de hoje eram meninos. O sr. Getúlio Vargas, no Sul, montava em cabos de vassoura; o sr. ministro da guerra comandava soldadinhos de chumbo; o sr. ministro da educação vivia longe da escola, porque ainda não existia.
(Graciliano Ramos - Pequena História da República)

O objetivo desta exposição é tratar das relações entre Ficção e História, a partir das reflexões de alguns ficcionistas e historiadores de renome internacional, enquanto sujeitos concretos e produtores de textos de História ou de Romance, e detectar como essas reflexões repercutem em romancistas brasileiros contemporâneos que trabalharam nessa linha de produção literária. Dados os limites de tempo, não focalizarei questões relacionadas a memórias, autobiografias ou similares. E também porque esse assunto foi objeto de um congresso relativamente recente (2º ABRALIC - 1990) e ainda não encontrei nada que superasse os textos que nele foram apresentados.

O relacionamento História e Romance, tal como compreendido por aqueles que os fazem, pode levar-nos a uma nova compreensão das imbricações entre realidade e imaginação, entre factual e ficcional, quer no discurso histórico, quer no literário. E mais: pode proporcionar-nos novos caminhos crítico-analíticos no trato com esses textos. No estágio atual dos estudos literários - e, ao que tudo indica, também dos estudos de História - as coisas me parecem confusas. Refiro-me especificamente tanto ao aproveitamento dos legados da História no romance - história antiga ou nova, oficial ou oficiosa, macro ou micro, pouco importa - quanto à consideração do texto literário como fonte fidedigna do historiador.

*Comunicação apresentada no II Congresso e II Mostra de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais do Estado de Minas Gerais, realizada em 23 a 27.05.95, na Universidade Federal de Uberlândia.

** Professora de Literatura Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, MG.

Minhas reflexões caminharão no sentido inverso ao do percurso de Carlo Ginzburg (1989), em suas considerações sobre a contribuição das narrativas ficcionais às narrativas históricas. O historiador italiano insiste em que não está em xeque o *núcleo cognitivo que se pode encontrar nas narrações de ficção, mas sim o núcleo fabulatório que se pode encontrar nas narrações que se pretendem científicas*.¹ O que eu gostaria de pensar, modestamente, é que o romance histórico não pode ser lido como História, da mesma forma que elementos literários no texto histórico não o transformam em literatura. Não será em alguns minutos de fala que teremos a pretensão de tentar começar a desconfundir as coisas. Chamar a atenção para elas já me parece importante.

Na trilha de alguns de nós que trabalhamos com análise literária, poderíamos adotar a cômoda posição de dizer, fukuyamamente, que a discussão não faz sentido, que a História acabou, que tudo pode ser tanto Ficção quanto História neste ocaso de século XX, marcado por um desesperado e descentrado relativismo, onde tudo pode coadunar-se com tudo.² Tentando uma porta de saída, vejamos o que dizem quatro dos maiores historiadores deste século.

Em 1990, o historiador Jacques Le Goff declarava gostar muito de romance histórico, mas não identificar como História as liberdades encontradas nesse tipo de narrativa.³ Em entrevista de 1993, o francês Roger Chartier, autor do terceiro volume da *História da vida privada*, disse que reduzir a história à ficção significa esquecer o respeito que o historiador deve ao passado conforme as marcas que este deixou arquivado.⁴ Falando também à *Folha de São Paulo* em setembro de 94, o inglês Peter Burke reiterou que o historiador deve equilibrar-se entre estar colado à evidência e ter imaginação para interpretar fatos brutos.⁵ Finalmente, o norte-americano Hayden White, na mesma publicação, admitiu

1. GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de *A ritorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1991, p. 179-202.

2. Refiro-me a FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

3. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 50.

4. VENTURA, Roberto. Chartier vê revolução na história da leitura. *Folha de São Paulo: Mais/ São Paulo* 28 nov. 1993. p. 6-7.

5. COUTO, José Geraldo. A invenção da História. *Folha de São Paulo: Mais/ São Paulo*, 11 set. 1994. p. 6-4.

a mistura entre História e Ficção, pois o passado é uma construção de linguagem.⁶

Ora, o que se observa no conjunto dessas opiniões é, de um lado, um saudável centralismo do pensamento europeu, e, de outro, o relativismo da liberação geral e lacaniana de White. A influência desse agnosticismo histórico que, diga-se de passagem, até aonde alcança o meu conhecimento, não é a dominante nos Estados Unidos - tem contribuído para que alguns setores da intelectualidade brasileira, para não dizer latino-americana, venham, equivocadamente acreditar, tratando o factual e ficcional como categorias vicárias ocupantes de mesmos espaços. Ginzburg, no texto citado, coloca muito adequadamente a questão ao lembrar que, em historiadores do passado, era incompatível a convivência entre conjeturas e História enquanto exposição de verdades positivas. Hoje, a relação entre quem narra e a realidade é mais incerta e problemática, mas termos como “ficção” ou “possibilidades” não devem induzir em erro. O problema da prova continua mais do que nunca no centro da investigação histórica, continua Ginzburg, e, ainda que hoje a prova tenha adquirido novo estatuto devido ao apoio de temas e documentação diferentes (micro-história, história-nova, etc.), o que não se admite de forma alguma, sob pena de se cair no absurdo e no tautológico, é a invenção. E conclui o historiador, na crítica a White, quando este pesquisa os elementos “artísticos” na historiografia oitocentista. Quando se descuida dos problemas das fontes e das técnicas de investigação do historiador, a historiografia é encarada como *puro e simples documento ideológico*.⁷

Estas me parecem ser categorias fundamentais: invenção e conjectura, que não se confundem, estando a primeira para o literário e a segunda para o histórico. Ao literário pouco interessa a conjectura, pois aí ela está inserida na invenção, ou melhor: como o romancista não tem sérios compromissos com as verdades totalizadoras das fontes, ele não se vê necessariamente premido pela ação de conjecturar. Ele é livre para transformar a História não só em Literatura como também em Ideologia, e aqui me lembra a *Pequena História da República*, de Graciliano Ramos, a qual epigrafa este texto. É História na linha

6. CARVALHO, Bernardo. Para White, história recalcou a poesia. *Folha de São Paulo: Mais/São Paulo*, 11 set. 1994, p. 6-5.

7. Ginzburg, *op cit*, p. 195-201.

infanto-juvenil, recheada de conjecturas, escrita em estilo marcado pela comicidade irônica. Não vejo como considerá-la uma narrativa literária.⁸

Se passamos a ouvir os romancistas sobre o assunto, White vai encontrar boa companhia na outra ponta do novelo. Num seminário de 1990, realizado em Barcelona e intitulado *A Invenção do Presente*, José Saramago irritou-se com a expressão “romance histórico” que, regra geral, tem servido de rótulo para seus livros, e propôs a abolição do termo dos arsenais de análise literária. Motivo: Segundo ele, toda ficção literária é histórica: os romances são sempre leituras do passado, e a História é o passado organizado.⁹ Utilizando-se de um conceito amplo de História, operado apenas com a categoria tempo, creio que o escritor português quis adotar uma simples estratégia de se colocar à margem de uma espécie romanesca da “Antiguidade” literária, que em certos setores adquiriu hoje sentido depreciativo. Romancista histórico, para desavisados, pode ser sinônimo de produtor de uma literatura menor, não no sentido de “minoridade” atribuído à de Kafka por Deleuze-Guattari, por exemplo, mas na acepção de baixa criatividade, de forma discursiva mimetizada de outra forma discursiva com pretensões a Ciência.¹⁰ Ainda mais porque Saramago, de práxis marxista, dá conta muito bem do caráter subjetivo-irônico do conceito de História que está operacionalizando. Conceito literário, eu diria.

Já Ana Miranda demonstra ter uma compreensão maior das distinções entre as narrativas históricas e as literárias. Em entrevista também de 1990 e a propósito de acusações da manipulação de fontes sem mencioná-las, no romance *Boca do Inferno*, Miranda se defende lembrando as liberdades de seu uso - liberdades a que se referia Le Goff, acrescento - típicas dos romancistas e inadmissíveis nos historiadores. Acrescenta que citar fontes num romance - coisa que muito romancistas fizeram e fazem - pode induzir o leitor a pensar

8. Referência a RAMOS, Graciliano. *Pequena História da República*. In: _____. *Alexandre e outros heróis*. São Paulo: Martins, 1962, p. 127-76.

9. SARAMAGO, José. *Literatura e Presente*. Minas Gerais: *Suplemento Literário*. Belo Horizonte, n. 1153, 1 set. 1990. p. 10.

10. *As três características da literatura menor são de desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo de enunciação. Vale dizer que “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que chamamos de grande (ou estabelecida)*. DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Kafka: Por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 28.

que a ficção reproduz a verdade histórica.¹¹ A crítica que pode ser feita a Ana Miranda não é a de encobrir fontes históricas, mas “roubar” textos literários, entremeando-os em seu próprio texto e de tal forma que somente os leitores dos textos apropriados sejam capazes de esclarecer o “roubo”. Roubo, aliás, não desqualificado pelos desconstrucionistas.

Outra colocação lúcida é a de Umberto Eco que, ao contrário de Saramago, é autor assumido de romance histórico, no que concerne a *O nome da rosa*. Sua fala se cruza em certo sentido com a do compatriota Ginzburg, na medida em que considera o romancista como criador de uma história possível. Sem literarizar pessoas que realmente existiram, inventa criaturas que, pelos ditos, ações, ambientação, etc., próprios a determinada época, poderiam ter existido nessa época.¹²

O tipo de pesquisa que me vem interessando nos últimos dois anos não é conferir a presença ou ausência de verdades históricas em romances - o que seria empobrecer tanto o texto literário quanto os contextos históricos - nem comparar tecnicamente os dois tipos de narrativa - a da História e a da Literatura. Acredito que essa comparação seja tarefa de analistas do discurso, dadas suas implicações com os estudos lingüísticos. Também não me interessa revelar o que foi acrescentado, suprimido ou deformado num determinado romance, ao confrontá-lo com o acontecimento histórico com o qual dialoga. O importante tem sido verificar como os escritores ficcionalizam o fato histórico, que procedimentos literários são utilizados na transformação da História em Literatura, quais os limites impostos pela verossimilhança, e como se comporta - para usar a expressão de Costa Lima - o veto ou não veto ao histórico ou ao ficcional.¹³ E mais: a transformação da História em Literatura possui as suas gradações, gradações que oscilam entre a História possível de que nos fala Umberto Eco - cujo último exemplo no Brasil é *A descoberta da América pelos turcos*, de Jorge Amado (1994) - e à História de intenções científicas, onde o romancista está colado a todas as fontes de investigação e às narrativas

11. MIRANDA, Ana. Entre a imaginação e a verdade. *Jornal do Brasil*. Idéias: Ensaios, A 1, nº 68, Rio de Janeiro, 21, out. 1990. p. 7-8.

12. ECO, Umberto. Pós-escrito a *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 62-4.

13. Refiro-me às reflexões de Luiz Costa Lima a partir de *O controle do imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

produzidas a partir delas, como por exemplo em romances do tipo *Eu, Tiradentes*, de Paschoal Motta (1990). No meio termo se situa *Agosto*, de Rubem Fonseca (1990), onde História e Ficção correm paralelamente, porém formatando curiosas interseções.

Para esclarecer o de que estou falando, tomo como exemplo *Agosto*, romance que, sintomaticamente, se abre com uma epígrafe de Carlo Ginzburg. Recordemos o enredo: O comissário de polícia Alberto Mattos investiga o assassinato de um grande empresário envolvido em corrupção nas esferas governamentais, em agosto de 1954 e, paralelamente, narram-se os acontecimentos políticos do mesmo mês, que antecederam ao suicídio do presidente Getúlio Vargas. Na opinião do policial, a ligação ente o crime e a situação política é perfeita: o assassino é um negro corpulento, que usava um anel de ouro com um "☐" gravado. O negro Fortunato, guarda-costas e chefe da segurança do presidente, mandante do atentado ao maior inimigo político deste, Carlos Lacerda, ostenta numa foto um anel idêntico.

À primeira vista, o romance separa com clareza História e Literatura ao relatar os fatos que, hoje já registados na historiografia histórica, foram lidos na imprensa e ouvidos no rádio, na época em que aconteceram, e ao contar a investigação da morte de Paulo Aguiar - fato inventado. Entretanto, numa análise mais atenta, verificar-se-á que História e Literatura se contaminam e que, nesse romance, uma está a serviço da outra. A História se ficcionaliza e a Ficção se "historiciza". É o jogo da contaminação que se torna importante detectar. Fortunato e Francisco, o palácio do Catete e a Delegacia, os generais e os policiais, os parlamentares, os empresários e os bicheiros, os assassinos do Major Vaz contratados pela organização governamental e os pistoleiros alugados por organizações à margem do poder público, em resumo, o factual e o ficcional constituem-se em duplos e duplas que vivem situações comuns pelo caminho de agenciamentos retóricos, de condensações e de deslocamentos que transitam entre o fato e a ficção.

Lembra-me a cena "transcrita" do Inquérito do Galeão, em que os figurantes reais - militares das forças armadas apresentados com seus nomes verdadeiros e numa tarefa histórica - convivem com o tira Mattos, protagonista fictício "infiltrado" na tarefa. É por aí que se descobrem os procedimentos pelos quais Rubem Fonseca se apropria da história no discurso literário, e da Literatura enquanto invenção no discurso histórico. Mesmo não sendo historiador

profissional, ele pesquisou exaustivamente as fontes para escrever o livro. Romance de natureza policial, *Agosto* flutua entre o enigma e o comentário dos 24 dias daquele mês fatídico para a História do Brasil.

Em outra direção e dicção caminha o romance *A dança da serpente*, também publicado em 1990, de Sebastião Martins, que ficcionaliza um aspecto praticamente desconhecido da Inconfidência Mineira: a figura de Alvarenga Peixoto. Dispondo de testemunhos quase que exclusivamente míticos, Martins inventa uma narrativa de exaltação à figura feminina mais expressiva do imaginário da Inconfidência, depois de Maria Dorotéia. Trata-se de Bárbara Heliodora, amante e depois esposa de Alvarenga, como exemplo de didatismo de mulher excepcional em todos os momentos. Bárbara, a serpente da sexualidade positiva e da traição política correta nas Minas do XVIII, transita da beleza e da libertação sexual à loucura decorrente da prisão e exílio do esposo. Seu estatuto de mulher perfeita no romance desenhado a partir do mito, vem reforçar o papel do feminino heróico na História (Oficial) e na Literatura inventada a partir de ruínas da História (inexistente), onde o público e o privado se articulam em harmonia, onde a mulher ultrapassa a condição de rainha do lar e projeta aspirações a rainha de uma nação.¹⁴ Romance histórico, de formação e aprendizado.

Numa terceira via, mais distante ainda da história factual, *A descoberta da América pelos turcos* parodia a conquista de Colombo. Amado tematiza questões relacionadas à emigração sírio-libanesa para as terras do cacau, no início deste século - nova descoberta/conquista da América através da implantação de estabelecimentos comerciais como atividade econômica principal. Ao contrário da beleza das heroínas amadianas, Adma se caracteriza pela feiúra, porém cobiçada para esposa pelos orientais que aqui aportaram para "fazer a América". Adma torna-se "bela" através das possibilidades de ascensão econômica que teria o homem que com ela se casasse. Assim, os novos espanhóis do século XX são os "turcos" que "descobrem" o Sul da Bahia, onde se estabelecem comercialmente e conquistam estabilidade por alianças de conveniência. Releitura, portanto, do suporte econômico do expansionismo ibérico no Continente Americano. Como não poderia deixar de ser, o romancinho,

14. Refiro-me, de memória, a um poema atribuído a Bárbara Heliodora cuja temática é a educação dos filhos, e a depoimentos constantes dos *Autos de devassa*, os quais, para incriminar Alvarenga Peixoto, registram que, numa festa, o inconfidente fez um brinde à mulher chamando-a de "futura rainha".

como o denomina autor, contrapondo-se ironicamente à grandiosidade épica do eito do genovês, trabalha o erotismo pelo viés da comicidade. Nesse sentido, os “turcos” também conquistam as “Novas Índias”, ou seja, as prostitutas que também fazem sua América nas terras cacauceiras.

De alguma forma, tanto *Agosto* quanto *A dança da serpente* e *A descoberta da América pelos turcos* são romances de celebração, comemorando, respectivamente, os 40 anos do retomo de Vargas ao poder, os 200 da Inconfidência e o quinto centenário da conquista da América. Visam, portanto, a objetivos também mercadológicos e didáticos. É aí que surge o perigo do uso de tais textos não só pela instituição escolar como também por historiadores e, no caso de *Agosto*, também pela mídia. Pensando-se em matar dois coelhos com uma cajadada, ou seja, levar o estudante à leitura literária e simultaneamente, através dela, ao aprendizado da História, o que se pratica são, na verdade, conceitos equivocados tanto de Literatura quanto de História em suas conceituações canônicas, na medida em que se toma uma pela outra decretando-se, portanto, o fim de suas epistemologias. As liberdades a que se refere Le Goff, as invenções que não devem ser confundidas com conjecturas, referidas por Ginzburg, acabam por ser tomadas como material cognoscitivo, sujeito a práticas investigativas que procuram chegar o mais próximo possível de alguma verdade. Em contrapartida, a condição literária desses textos sai enormemente diminuída, quer tomemos a literatura como arte, quer como comunicação ou *máquina de expressão*¹⁵.

Assim como não me parece legítimo ao historiador ficcionalizar, distorcer ou ignorar documentos, fontes, testemunhos, narrações, etc., também vejo como fracasso literário o romancista organizar arquivos, imparcial e friamente, em prejuízo da invenção, da fantasia, do trabalho com a linguagem e com o imaginário. Ou, o que é pior: ler-se o seu romance como se ele fosse um competente arquivista.

A menos que, também junto com Francis Fukuyama e Hayden White, decretemos o fim da História e, por conseqüência, o fim da Literatura. E, em conotações mais amplas, aceitemos a vitória esmagadoramente eterna do capitalismo. Concluo com uma citação de Fredric Jameson, refletindo sobre o fato de como a cultura do consumismo desqualifica hoje o socialismo, julgando-

15. Tomo a terminologia de Deleuze-Guattari, *op cit*, p. 43.

o quimérico, em nível universal. Diz Jameson:

*(...) essa deslegitimação da própria linguagem e conceitualidade do socialismo (e sua substituição por uma retórica de mercado repugnantemente complacente) teve um papel fundamental no atual fim da história.*¹⁶

16. JAMESON, Fredric. O marxismo realmente existente. Trad. Ana L.A. Gazolla. In: GAZOLLA, Ana L. de A. (org.) *Espaço e imagem: Teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994. p. 63.